

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2024 / Prefeitura de Tabuleiro do Norte - CE / Agente Administrativo / Questão: 25

1. [Q3303513] No que diz respeito às penas impostas pela Lei de improbidade, independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, estará o responsável pelo ato de improbidade sujeito às penas dispostas na lei, que podem ser aplicadas:

- a) Isolada e interdependente, de acordo com a relevância do fato.
- b) Isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.
- c) Isolada ou cumulativamente, independentemente da gravidade do fato.
- d) Isolada ou interdependente, de acordo com a periculosidade do fato.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2024 / Prefeitura de Tabuleiro do Norte - CE / Agente Administrativo / Questão: 26

2. [Q3303526] Assinale a alternativa que NÃO corresponde a atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito.

- a) Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- b) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- c) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- d) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jaguaribara Prefeitura de Jaguaribara - CE / Assistente Social / Questão: 11

3. [Q3202657] Sobre o acordo de não persecução civil no bojo da ação de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA, segundo o disposto na Lei n.º 8.429/1992.

- a) O Ministério Público poderá, em quaisquer circunstâncias, celebrar acordo de não persecução civil.
- b) A homologação judicial do acordo de não persecução civil só terá lugar se ocorrer depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- c) O acordo de não persecução civil poderá ser celebrado até mesmo durante o momento da execução da sentença condenatória.
- d) Em caso de descumprimento do acordo de não persecução civil, o demandado ficará impedido de celebrar novo acordo pelo prazo de 8 (oito) anos.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo

4. [Q3202666] Levando-se em consideração as disposições da Lei n.º 8.429/1992, que versa sobre a improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei acima referida, prescreve em 4 (quatro) anos.
- b) A aplicação das sanções previstas na Lei em comento independe da aprovação das contas pelo órgão de controle interno.
- c) Sanções eventualmente aplicadas em outras esferas não deverão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos da Lei de improbidade.
- d) As sentenças civis não produzirão efeitos em relação à ação de improbidade

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Lei nº 8.429/92 - Lei de Improbidade Administrativa > Seção I - Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito > Espécies de Atos de Improbidade Administrativa > Capítulo II - Dos Atos de Improbidade Administrativa > Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Araraquara - SP / Analista de Controle Interno / Questão: 25

5. [Q3111642] A Lei n. 8.429/1992 dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, os quais, com a descrição das situações que configuram enriquecimento ilícito por parte de agentes públicos, são tratados no art. 9º. Com base no art. 9º, da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa que NÃO configura ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito.

- a) Utilizar, em obra ou serviço público, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer dos entes públicos.
- b) Receber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza.
- c) Receber dinheiro ou vantagem para omitir ato de ofício ou declaração a que esteja obrigado.
- d) Incorporar ao seu patrimônio bens ou valores pertencentes às entidades mencionadas na lei.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Ocara - CE / Enfermeiro / Questão: 17

6. [Q2893098] “O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social”.

Acerca da improbidade administrativa, conforme a Lei n.º 8.429/92, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O mero exercício da função ou desempenho de competência públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- c) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, ainda que, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos.
- d) Na ação por improbidade administrativa não poderá ser formulado, seja em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

7. [Q2807108] De acordo com o texto da Lei n. 8.429/1992 (Lei da Improbidade Administrativa), marque a opção CORRETA dentre as apresentadas abaixo.

- a) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b) A rejeição por parte da autoridade pública, impede que haja representação ao Ministério Público.
- c) A indisponibilidade de bens não poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu.
- d) A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, não poderá conter a qualificação do representante, a fim de protegê-lo.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Técnico de Controle Externo / Questão: 9

8. [Q2831240] Conforme o texto da Lei nº 8.429/1992 (Lei da Improbidade Administrativa), assinale a alternativa CORRETA.

- a) O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo, improrrogável, de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos.
- b) As sanções eventualmente aplicadas em outras esferas não poderão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.
- c) A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, em caso de revelia, aplica-se na ação de improbidade administrativa.
- d) A sanção de suspensão de direitos políticos observará o limite máximo de 20 (vinte) anos.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Técnico Administrativo / Questão: 11

9. [Q2802262] A importância da Lei de Improbidade Administrativa está em oferecer mecanismos para sancionar civilmente, mas de forma eficaz, condutas atentatórias ao Erário ou contrárias aos princípios da Administração Pública. O caráter civil da lei proporciona uma maior agilidade em comparação com os instrumentos do processo penal.

A respeito dos dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, atrai a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Consideram-se agente público, o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades citadas na referida lei.
- c) Não estão sujeitos às sanções desta Lei de Improbidade Administrativa os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.
- d) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Sanções Cabíveis > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações > Capítulo III - Das Penas > Capítulo V - Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial > Procedimento Administrativo > Lei nº

10. [Q2802181] Conforme o texto da Lei n.º 8.429/1992 (Lei da Improbidade Administrativa), assinale a alternativa CORRETA.

- a) O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo, improrrogável, de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos.
- b) As sanções eventualmente aplicadas em outras esferas não poderão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.
- c) A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, em caso de revelia, aplica-se na ação de improbidade administrativa.
- d) A sanção de suspensão de direitos políticos observará o limite máximo de 20 (vinte) anos.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Sujeitos da Improbidade > Capítulo I - Das Disposições Gerais > Capítulo II - Dos Atos de Improbidade Administrativa > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações > Espécies de Atos de Improbidade Administrativa > Sujeito Ativo > Lei nº 8.429/92 - Lei de Improbidade Administrativa

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Auditor - Área: Engenharia / Questão: 1

11. [Q2802067] A importância da Lei de Improbidade Administrativa está em oferecer mecanismos para sancionar civilmente, mas de forma eficaz, condutas atentatórias ao Erário ou contrárias aos princípios da Administração Pública. O caráter civil da lei proporciona uma maior agilidade em comparação com os instrumentos do processo penal.

A respeito dos dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, atrai a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades citadas na referida lei.
- c) Não estão sujeitos às sanções desta Lei de Improbidade Administrativa os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.
- d) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevacente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Espécies de Atos de Improbidade Administrativa > Seção I - Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito > Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito > Capítulo II - Dos Atos de Improbidade Administrativa > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações > Lei nº 8.429/92 - Lei de Improbidade Administrativa

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Auditor - Área: Engenharia / Questão: 2

12. [Q2802072] Assinale a alternativa que contenha conduta tipificada na Lei de Improbidade Administrativa como prática de enriquecimento ilícito.

- a) Facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades públicas.
- b) Doar à pessoa física ou jurídica, bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades públicas.
- c) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

- d) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Auditor - Área Contábil / Questão: 19

- 13. [Q2831591]** Consoante os ditames da Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETO.
- a) O mero exercício da função pública, com comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
 - b) Desde que integre a administração indireta, estão sujeitos às sanções da mencionada Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação o erário haja concorrido.
 - c) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.
 - d) As disposições da Lei referida são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Auditor - Área Contábil / Questão: 20

- 14. [Q2831592]** De acordo com o texto da Lei nº 8.429/1992 (Lei da Improbidade Administrativa), assinale a alternativa CORRETA dentre as apresentadas abaixo.
- a) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
 - b) A rejeição por parte da autoridade pública, impede que haja representação ao Ministério Público.
 - c) A indisponibilidade de bens não poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu.
 - d) A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, não poderá conter a qualificação do representante, a fim de protegê-lo.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Araraquara - SP / Analista - Área: Procuradoria / Questão: 26

- 15. [Q3113153]** A Lei n. 8.429/1992 dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, os quais, com a descrição das situações que configuram enriquecimento ilícito por parte de agentes públicos, são tratados no art. 9º. Com base no art. 9º, da Lei de Improbidade Administrativa, escolha a alternativa que NÃO configura ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito.
- a) Utilizar, em obra ou serviço público, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer dos entes públicos.
 - b) Receber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza.
 - c) Receber dinheiro ou vantagem para omitir ato de ofício ou declaração a que esteja obrigado.
 - d) Incorporar ao seu patrimônio bens ou valores pertencentes às entidades mencionadas na lei.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

16. [Q2858587] Consoante os ditames da Lei n. 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale o item CORRETO.

- a) O mero exercício da função pública, com comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Desde que integre a administração indireta, estão sujeitos às sanções da mencionada Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação o erário haja concorrido.
- c) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.
- d) As disposições da Lei referida são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Auditor - Área: Engenharia /
Questão: 25

17. [Q2858593] De acordo com o texto da Lei n. 8.429/1992 (Lei da Improbidade Administrativa), marque a opção CORRETA dentre as apresentadas abaixo.

- a) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b) A rejeição por parte da autoridade pública, impede que haja representação ao Ministério Público.
- c) A indisponibilidade de bens não poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu.
- d) A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, não poderá conter a qualificação do representante, a fim de protegê-lo.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I /
Questão: 23

18. [Q2802516] Improbidade administrativa é todo o ato realizado por agente público que fira os princípios fundamentais da Administração Pública, sendo esses a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Tais princípios estão previstos na Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 37.

A respeito desse assunto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Não estão sujeitos às sanções da lei de improbidade administrativa os atos praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.
- b) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- c) Exceto quando integrarem a administração indireta, estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade Administrativa, os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

- d)** Para a Lei de Improbidade Administrativa, é agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 11

- 19. [Q2802461]** Consoante os ditames da Lei n.º 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA.
- a)** O mero exercício da função pública, com comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
 - b)** Desde que integre a administração indireta, estão sujeitos às sanções da mencionada Lei, os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação o erário haja concorrido.
 - c)** Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.
 - d)** As disposições da Lei referida são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 12

- 20. [Q2802463]** De acordo com o texto da Lei n.º 8.429/1992 (Lei da Improbidade Administrativa), assinale a alternativa CORRETA dentre as apresentadas abaixo.
- a)** Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente, para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
 - b)** A rejeição por parte da autoridade pública, impede que haja representação ao Ministério Público.
 - c)** A indisponibilidade de bens não poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu.
 - d)** A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, não poderá conter a qualificação do representante, a fim de protegê-lo.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 13

- 21. [Q2802468]** No que concerne ao disposto pela Lei n.º 8.429/1992 acerca da ação para aplicação das sanções previstas na referida norma, assinale a alternativa CORRETA.
- a)** A ação referida deverá ser proposta perante o foro do local de domicílio do réu.
 - b)** A propositura da mencionada ação não prevenirá a competência do juízo.
 - c)** Da decisão que rejeitar questões preliminares suscitadas pelo réu em sua contestação caberá agravo de instrumento.
 - d)** Uma vez citados, os requeridos deverão contestar a inicial no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

22. [Q2802643] Acerca da Improbidade Administrativa, assinale a alternativa CORRETA conforme disposição da Lei 14.230/2021.

- a) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- c) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos à obrigação de repará-lo em sua integralidade.
- d) Configurar-se-á improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Improbidade Administrativa

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Serviço de Regulação de Saneamento de Jacareí SRJ SP - SP / Engenheiro Civil /
Questão: 15

23. [Q2818907] O art. 37 da Constituição Federal estabelece, em seu parágrafo 4º, algumas espécies de sanções para quem praticar ato de improbidade administrativa. Nesse sentido, assinale qual entre os itens apresentados, NÃO reflete uma das punições expressas constitucionalmente.

- a) Suspensão dos direitos políticos.
- b) A indisponibilidade dos bens.
- c) Perda da função pública.
- d) Ressarcimento em dobro ao erário.

Gabarito

Criado em: 22/10/2024 às 09:06:05

(1 = b) (2 = b) (3 = c) (4 = b) (5 = a) (6 = a) (7 = a) (8 = d) (9 = b) (10 = d) (11 = b) (12 = d) (13 = d) (14 = a) (15 = a) (16 = d) (17 = a) (18 = d) (19 = d) (20 = a) (21 = c) (22 = a) (23 = d)